

PROJETO PLANETA AZUL

UM PLANO DE AÇÃO PARA PROTEGER OS DIREITOS DA POPULAÇÃO À ÁGUA DO PLANETA

Histórico

O movimento internacional de cidadania contra a globalização corporativa identificou com precisão o ataque violento sobre a água doce do mundo como sendo uma ameaça crucial à humanidade e à terra. Poderosas companhias transnacionais estão se posicionando para tirar vantagem da iminência da crise no abastecimento de água justo quando estamos começando a entender a dimensão amedrontadora do esgotamento, desvio e destruição desse recurso finito.

A intenção destas companhias é de mercantilizar os sistemas de água da Terra. Algumas das mesmas são assustadoramente abertas com relação a seus planos; o declínio no fornecimento e no padrão da água doce criou uma maravilhosa oportunidade de especulação comercial para as corporações que trabalham com água e seus investidores, dizem orgulhosamente. As intenções são claras: a água deve ser tratada como qualquer outro bem comercial, tendo seu uso determinado pelos princípios da lucratividade.

Companhias de abastecimento de água de caráter privado estão trabalhando agressivamente com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional para forçar os países em desenvolvimento a privatizarem seus serviços de abastecimento de água. Estas instituições também estão fazendo uso de acordos de comércio internacional, tais como a Organização Mundial do Comércio e a Área de Livre Comércio das Américas para se sobrepor às leis domésticas que restringem seu acesso à água, agora protegida pelas nações-estado. As corporações privadas possuem grande influência sobre as Nações Unidas e têm trabalhado com esta e com o Banco Mundial para controlar o Fórum Mundial sobre a Água, organização de pesquisa interdisciplinar poderosa, composta por governos, instituições financeiras internacionais e organizações profissionais.

Por possuir carta branca do governo em função da intenção de desregular o setor e como consequência da competição global, essas corporações que trabalham com água estão liderando o diálogo global sobre o que fazer sobre a crise no abastecimento de água do mundo. Coloquem preço na água, dizem em coro; coloquem-na à venda e deixem que o mercado determine seu futuro. Para eles, o debate está encerrado. A água, segundo o Banco Mundial e as Nações Unidas, é uma “necessidade humana”, não um “direito humano”. Não é uma questão de semântica; a diferença na interpretação é crucial. Uma necessidade humana pode ser suprida de diversas formas, especialmente para aqueles com dinheiro. Ninguém pode vender um direito humano.

Até agora, a maior parte desta atividade tem ocorrido sem a participação ou consulta pública. A suposição feita pelas poderosas forças governamentais e seus setores corporativos tem sido de que o debate está encerrado; “todos” concordam com a mercantilização da água. Ainda sim, ninguém deu aos cidadãos do mundo a oportunidade de debater ou de apresentar questões políticas duras a esse respeito.

Agora é hora dos cidadãos do mundo se incumbirem desse debate antes que seja tarde demais. Existe a necessidade urgente de um plano global de ação, baseado na crença de que a água pertence à terra bem como à todas as espécies e que se trata de um direito humano fundamental. Nós do Projeto Planeta Azul estamos nos organizando para o lançamento de uma campanha internacional – com raízes nos dois princípios básicos de conservação e igualdade – para manter a água como parte dos direitos da população do globo. Essa campanha tem que começar agora e ter base em todos os países e sociedades do mundo.

A Iniciativa do Tratado

Apesar de haverem vários passos para se proteger e restaurar as fontes de água doce da Terra, acreditamos que a ferramenta mais importante para se evitar a privatização é a iniciativa de um tratado que seja adotado pelas organizações e países por todo o mundo. Aqueles que firmarem este tratado, concordam em manter a água como sendo um direito da população comum do globo por todos os tempos e se comprometem a fazer tudo que puderem para protegê-la.

O tratado, elaborado por Jeremy Rifkin e Maude Barlow, foi lançado durante a reunião da Cúpula do Conselho de Canadenses, Água Para as Pessoas e Para a Natureza, que ocorreu em Vancouver, Canadá, de 4 a 8 de julho de 2001 tendo sido endossado com unanimidade por 1000 delegados vindos de 40 países. Além destes, o tratado também foi endossado por mais de 100 ONGs e movimentos sociais que participaram da reunião da *Rede Nosso Mundo Não Está à Venda*, em Bruxelas no mês de dezembro de 2001.

TRATADO PARA COMPARTILHAR E PROTEGER A ÁGUA DO PLANETA

Nós proclamamos estas verdades como universais e indivisíveis:

Que o valor intrínseco da água potável da Terra precede sua utilidade e valor comercial e, portanto, deve ser respeitado e protegido por todas as instituições políticas, comerciais e sociais,

Que a água potável da Terra pertence ao planeta e a todas as espécies e, portanto, não deve ser tratada como propriedade privada a ser comprada, vendida ou comercializada com fins lucrativos,

Que as fontes de água potável do planeta são uma herança compartilhada, um patrimônio público e um direito humano fundamental e, portanto, uma responsabilidade coletiva, e,

Visto que o suprimento finito de água potável do planeta está sendo poluído, desviado e esgotado de maneira tão acelerada que milhões de pessoas e espécies já estão privados de água para o resto da vida e,

Visto que governos do mundo inteiro falharam na proteção das suas fontes de água potável,

Portanto as nações do mundo declaram que as fontes de água potável da Terra constituem um patrimônio global a ser protegido e estudado por todos os povos, comunidades e governos em todos os níveis e declaram também que a privatização, mercantilização, comércio ou exportação para fins comerciais de água potável não será permitida e deve ser imediatamente excluída de quaisquer acordos bilaterais de investimento e comércio existentes e futuros.

As partes envolvidas neste tratado - incluindo nações signatárias e povos indígenas - também concordam em administrar a água potável da Terra em custódia. Os signatários reconhecem os direitos e responsabilidades soberanos de cada nação de supervisionar as fontes de água potável dentro das suas fronteiras e determinar como estas devem ser gerenciadas e compartilhadas. Governos do mundo inteiro devem declarar imediatamente que as águas nos seus territórios são um patrimônio público e proteger este patrimônio através de legislação apropriada. Todavia, devido ao fato de a água potável do planeta ser um bem comum, ela não pode ser vendida por qualquer instituição, governo, indivíduo ou corporação com objetivo de lucro.

Sobre a campanha para um tratado de proteção da água, como parte da comunidade global, visite o website "Projeto Planeta Azul" na: www.projeto planeta azul.net

Plano da Campanha

Lançamento

Estamos propondo que o Tratado, que já foi traduzido para o Francês, Espanhol e Português e que pode ser encontrado no web site do Conselho de Canadenses, seja lançado internacionalmente no Dia Mundial da Água, 22 de março, em 2002. Propomos que o maior número possível de comunidades organize atividades durante o Dia Mundial da Água e que lancem a iniciativa do tratado como sendo sua plataforma central. Queremos encorajar todos a nos deixarem saber quais são seus planos com antecedência, para que possamos coordenar as atividades e compartilhar as informações com outros envolvidos. Quanto maior pudermos tornar esse lançamento, obviamente, maior influência teremos sobre os governos e sobre as instituições internacionais.

Cada país empreitaria, a partir daí, uma campanha para fazer com que seu governo adote o tratado. A meta é de pressionar todos os governos à medida que estes se preparam para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) a acontecer em Johannesburg, África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro. Em suma, começando imediatamente em todos os países, os governos devem ser pressionados a concordar e adotar o Tratado quando este for apresentado pelo Movimento Nossos Cidadãos em Johannesburg. Da mesma forma, deve-se começar a trabalhar imediatamente para angariar apoio de outras ONGs que estarão participando da Cúpula e construir no sentido da adoção, pela sociedade civil, dos princípios por trás deste tratado.

Rio+10

Muitos observadores estão esperando um forte empurrão pelo Banco Mundial, OMC, governos sem recursos financeiros e Nações Unidas durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, motivado pelos interesses corporativos, para buscar no setor privado as respostas para os problemas ambientais do mundo. Muitos participantes chave, mencionarão a falha massiva no cumprimento dessas metas determinadas durante a primeira Cúpula do Rio (ECO 92), provavelmente declararão que os governos não têm como executar a tarefa de limpar a poluição mundial e solicitarão a entrada do setor privado na jogada.

A água é um dos dois temas “oficiais” da Cúpula e sabemos que as companhias do setor, o Banco Mundial e outros, estarão usando a Cúpula para promover sua mercantilização com muita agressividade. É imperativo que exista uma visão alternativa para o futuro da água durante a reunião do Rio+10 e é necessário um movimento da sociedade civil internacional para apresentar essa visão.

A água é uma questão importantíssima na África do Sul; sua distribuição, que é feita com desigualdade, é uma tragédia. Parece que a política de injustiça da água será recriada durante a Cúpula que está marcada para acontecer no maior e mais rico subúrbio do Terceiro Mundo – o de Sandton. O Governo Sul-Africano está construindo um complexo de luxo gigantesco para a Cúpula, que incluirá centros de compras, restaurantes exclusivos e cinemas. Entretanto, Sandton, com suas propriedades enormes com jardins estilo Inglês e piscinas, fica bem ao lado do Município de Alexandra, uma das comunidades mais pobres do Continente Africano. Por entre os dois corre um rio tão poluído que ao longo de suas margens encontram-se placas indicando perigo de cólera.

O movimento global de cidadania pela água deve unir-se às pessoas da África do Sul e do mundo todo. Devemos estar prontos para reagir contra a aprovação do processo de mercantilização das fontes de água doce do mundo pelo grupo Rio+10. A Iniciativa do Tratado de Compartilhar e Proteger os Direitos Da População à Água do Globo foi desenhada para ser o foco principal dessa frente reacionária. Esta coloca em termos claros que a água é um bem público e um direito humano e não deve ser apropriada para obtenção de lucro. Pede que, ao assiná-la, organizações governamentais e Pessoas Indígenas concordem em administrar a água do mundo como um consórcio.

Fórum Mundial Sobre a Água (World Water Forum)

Outra meta da Iniciativa do Tratado é que o Terceiro Fórum Mundial Sobre a Água seja realizado em Kyoto no Japão, em março de 2003 e que a convenção preparatória ocorra na mesma cidade um ano antes. Durante o Segundo Fórum Mundial Sobre a Água, que ocorreu em Haya em março de 2000, foi dito, pelos oficiais do Banco Mundial e das Nações Unidas, a mais de 5.000 participantes que a questão da privatização estava encerrada. Apenas um grande esforço da comunidade de ONGs presentes ao evento e dos membros do Projeto Planeta Azul – incluindo ambientalistas da base política e ativistas dos direitos humanos trabalhando em conjunto com o setor público, sindicatos e com os Serviços Públicos Internacionais – preveniu que toda a Cúpula adotasse um futuro privatizado para a água. Podemos ter certeza que as mesmas corporações de água e energia que estavam tão visíveis em Haya estarão em maior número ainda em Kyoto.

É certamente um prospecto formidável para o movimento de cidadania pela água do globo estar pronto para desafiar um corpo tão poderoso com um mandato tão diferente. Ainda sim, é absolutamente necessário fazê-lo. Na verdade, o Quarto Fórum Mundial Sobre a Água está marcado para acontecer em Montreal no Canadá, em março de 2006, dando ao movimento uma meta de cinco anos para mudar o curso desse plano global dominante . Deve-se começar imediatamente o planejamento sobre como trazer para essas reuniões grandes números de grupos que compartilham as mesmas idéias, como incluir as questões e perspectivas desses grupos para fazerem parte da agenda e como alistar o apoio da grande maioria dos delegados que compartilham pontos - de - vista de que a água é parte dos direitos da população do globo e que se uniriam numa campanha de cidadania caso tivessem a oportunidade.

Deve-se dar prioridade à meta para que, até o Quarto Fórum Mundial Sobre a Água, a maré de opiniões tenha mudado e que as Nações Unidas e os governos estejam trabalhando com instituições de cidadania para anunciar a adoção do Tratado Comum da Água e a criação da Convenção Global sobre a Água.

Conclusão

O mundo celebrou recentemente o quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. Essa Declaração marcou uma virada na direção da longa busca internacional para garantir a supremacia dos direitos humanos e dos cidadãos sobre a tirania política ou econômica de qualquer espécie. A declaração, junto com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Aliança Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, é uma Carta Magna do Século XXI. Além de garantir cobertura total de direitos humanos para todas as pessoas da Terra, independentemente de sua raça, religião, sexo e diversos outros critérios, a Declaração inclui os direitos de cidadania, aqueles que são serviços e proteções sociais que todo cidadão tem o direito de exigir de seu governo.

Apesar disso, mais de meio século após, a falta de acesso a água limpa significa que o direito garantido pela Declaração das Nações Unidas está sendo negado a mais de um bilhão de pessoas. Durante esses 50 anos os direitos do capital privado cresceram exponencialmente, enquanto que os direitos dos pobres do mundo caíram do mapa político. Não é coincidência que a deteriorização e o esgotamento dos sistemas aquáticos do mundo tenham ocorrido concomitantemente ao aumento do poder das corporações transnacionais e a um sistema financeiro mundial no qual as comunidades, pessoas indígenas e fazendeiros tenham perdido o direito à franquia.

Um futuro ecologicamente saudável e aquaticamente sustentável não ocorrerá, caso a água do mundo seja privatizada e colocada no mercado aberto e à venda para aquele que der o maior lance.

Caso os cidadãos percam o controle desse precioso bem comum, nós perderemos a habilidade de demarcar as condições sob as quais a água doce possa ser preservada e distribuída igualmente.

Eleanor Roosevelt disse, “O futuro pertence a aqueles que acreditam na beleza de seus sonhos”. Aqueles grupos que fazem parte do Projeto Planeta Azul e outras organizações que lutam por um futuro seguro para a água, acreditam na beleza desse sonho: que a nossa crise no abastecimento de água do globo se tornará a fonte da paz global; que finalmente a humanidade se curvará frente a natureza e aprenderá a viver em paz com nossos limites e uns com os outros; que através de nosso trabalho conjunto, as pessoas do mundo declararão que as águas sagradas da vida são propriedade comum da Terra e de todas as espécies e se comprometam com a sua preservação por todas as gerações futuras. Nós acreditamos que a Iniciativa de Tratado para Compartilhar e Proteger os Direitos Da População à Água é o passo mais importante para a realização de nosso sonho.

O Projeto Planeta Azul é uma iniciativa do Conselho de Canadenses para apoiar uma rede internacional de oposição à privatização e mercantilização da água doce do mundo. Seu primeiro projeto foi unir grupos de ideologias similares para o Segundo Fórum Mundial Sobre a Água onde organizações não governamentais, grupos da sociedade civil e sindicatos de comércio foram o pivô do processo de conscientização internacional relativo ao programa de privatização do Banco Mundial e das corporações mundiais de água. Em julho de 2001, o Projeto Planeta Azul organizou o Água Para Pessoas e Para a Natureza: Um Fórum de Conservação e de Direitos Humanos. Tendo ocorrido em Vancouver no Canadá, de 5 a 8 de julho, mais de 1000 ativistas e peritos de mais de 40 países se encontraram para propor um novo futuro para a água, um futuro baseado no respeito pela Terra e pelos direitos humanos.

Para mais informações sobre o Projeto Planeta Azul ou para se envolver nas atividades do Dia Mundial da Água visite o site projetoplanetaazul.net ou envie um e-mail para blueplanet@canadians.org.